

PATRIMÔNIO CULTURAL RELIGIOSO NO PARANÁ: A IGREJA DE SÃO SEBASTIÃO DE PORTO DE CIMA (SÉCULOS XVIII AO XX)*

CLÁUDIA ELIANE P. MARQUES MARTINEZ**

RESUMO: O objetivo deste artigo é analisar a história que envolve a construção da Igreja de São Sebastião do Porto de Cima, situada no município de Morretes (PR), durante os séculos XVIII e XIX. Ao longo do Oitocentos, a ermida passou por inúmeras reformas, que, curiosamente, construíram, no lado oposto da fachada original (setecentista), um novo frontispício, embora o “antigo” tenha sido mantido até os dias atuais. Para a execução desse trabalho, foram consultados os dossiês de tombamentos, as mensagens provinciais, além das fontes visuais. O desenrolar da história dessa igrejinha, construída em 1779, permitiu perceber algumas questões relacionadas ao patrimônio cultural religioso no Brasil e, por fim, a relação triade que se estabeleceu entre a população, o poder público e um templo religioso ao longo de três séculos.

PALAVRAS-CHAVE: Igreja de São Sebastião de Porto de Cima, Paraná, séculos XVIII e XIX, arquitetura, patrimônio cultural.

ABSTRACT: The purpose of this article is to analyze the history that enfolds the building of the Church of São Sebastião de Porto de Cima, in Morretes (PR) town, during the eighteenth and nineteenth centuries.

* Este artigo faz parte do Projeto de Pesquisa “Barroco no Sul do Brasil: arte, política, imagem e representações”, posteriormente denominado “Patrimônio Cultural Religioso no Paraná”. A pesquisa que resultou neste artigo contou com o financiamento da Fundação Araucária. Agradeço aos alunos que participaram do projeto, auxiliando na pesquisa de campo e na formação do Banco de Dados. Uma versão modificada desse texto foi publicada na Revista de História Regional, da Universidade Estadual de Ponta Grossa/PR, em 2013.

** Professora Doutora do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História do Centro de Letras e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: cepmarques@uol.com.br

Throughout the nineteenth century, the chapel has undergone numerous reforms, which, interestingly, built on the opposite side of the original facade (eighteenth century) a new frontispiece, although the “old” has been kept to the present day. In order to write this paper, dossiers were consulted, as well as provincial messages and visual sources. The unfolding of the history of that little church, built in 1779, has allowed to understand some issues related to the religious cultural heritage in Brazil and, finally, the triad relationship established between the population, the government and a religious temple over three centuries.

KEYWORDS: Church of São Sebastião de Porto de Cima, Paraná, eighteenth and nineteenth centuries, architecture, cultural heritage.

Introdução

Em 1779, na vila de Porto de Cima, município de Morretes (PR), a população ergueu uma igreja sob as invocações de Nossa Senhora da Guia, padroeira dos navegantes, e de São Sebastião, o protetor da fome e da guerra. Ao longo do século XIX, a ermida passou por várias alterações e reformas, que, curiosamente, ergueram, no lado oposto da fachada original, um novo frontispício. Uma vez que o pedido de demolição do corpo antigo da igreja, “por não conservar proporção e symetria”, solicitado pelo Presidente da Província, Araujo Abranches, em 1874, não foi atendido, o templo religioso acabou mantendo as duas fachadas - a antiga (século XVIII) e a “nova” (século XIX).

O desenrolar da história dessa igreja dotada de duas fachadas remete a várias questões referentes ao patrimônio cultural religioso no Brasil, bem como à relação da comunidade e das autoridades públicas com seus bens tangíveis. Pretende-se, com este estudo, investigar também as transformações arquitetônicas e artísticas da referida construção, associando-as e relacionando-as com a ocupação do litoral meridional.

Algumas dificuldades impuseram-se ao logo da pesquisa e devem ser aqui mencionadas. A principal delas advém da escassez de uma bibliografia que contemple de forma direta os aspectos

artísticos e arquitetônicos da região Sul do Brasil, especialmente aqueles concernentes ao atual estado do Paraná. Também é preciso salientar que a análise dos remanescentes torna-se complexa porque, além de sofrerem a ação do tempo, também, passaram, ao longo do tempo, por várias reformas, acréscimos e demolições. Tais intervenções não cessaram nem mesmo depois dos processos de patrimonialização ocorridos, de forma geral, em meados do século XX. Restaurações subsidiadas pelos próprios órgãos oficiais, e realizadas muitas vezes sem critério técnico, acabaram acarretando a descaracterização das edificações, como se poderá perceber ao final deste artigo.

Em relação às fontes consultadas, destaque será dado às *Mensagens dos Presidentes de Província* de São Paulo (1830-1852) e do Paraná (1853-1888). Não é demais lembrar que a emancipação política dos paranaenses só ocorreu em 1853 (até essa data o território constituía ainda a quinta mais antiga Comarca da Província de São Paulo). As demais informações concernentes ao século XVIII foram extraídas dos dossiês de tombamento que se encontram localizados na Secretaria de Cultura do Estado.

É da história de uma igrejazinha localizada ao pé da Serra do Mar, num platô cercado por enormes colinas cobertas pela Mata Atlântica, às margens do Rio Nhundiaquara, que vamos alinhar algumas considerações sobre sua construção ao longo dos séculos XVIII e XIX. O exemplo aqui destacado estabelece um paralelo com as ideias mais gerais do projeto de pesquisa concluído no primeiro semestre de 2013. Ao mesmo tempo, abre uma “janela” que permite espreitar detalhes e desvendar miudezas que só as microanálises possibilitam.¹

São Sebastião de Porto de Cima, a igreja de duas “cabeças”

A Igreja de São Sebastião, que constitui o foco desta análise, está localizada em frente à praça principal de Porto de Cima. Margeada pelo Rio Nhundiaquara e a seis quilômetros da sede

1 As ideias desenvolvidas neste artigo estão em consonância com as teorias e metodologias de GINZBURG, Carlo *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, e REVEL, Jacques. *Jogos de Escala*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

do município de Morretes, a ermida é contornada por grandes montanhas cobertas por matas verdes de vários matizes. O viajante francês August de Saint-Hilaire, quando por lá esteve na década de 1820, percorreu grande parte da região e destacou a exuberância da natureza, bem como a abundância e a qualidade das águas de seus rios. As atividades econômicas que gravitavam em torno dos engenhos ervateiros e os aspectos da população com suas casas e igrejas também não deixaram de ser observados. Quase duzentos anos depois, a descrição feita pelo botânico, a despeito da especulação imobiliária, ainda corresponde ao cenário natural da região.

É encantadora a vista que podemos descortinar à saída do lugarejo, se olharmos para trás. Vemos a montanha coberta de matas que acabamos de atravessar, no sopé da serra fica o aglomerado de casinhas do lugarejo, rodeadas de árvores copadas, e diante delas o rio Cubatão (hoje Nhundiaquara), que é bastante largo e desliza celeremente sobre um leito coberto de seixos (SAINT-HILAIRE, 1978, p. 93).

A história de Porto de Cima remonta ao início do século XVIII, com a garimpagem de ouro de aluvião às margens dos rios. O livro de Antônio Vieira dos Santos, publicado em 1851, informa sobre a origem da localidade, o contrato das passagens, os armazéns de secos e molhados, as moradias de pedra e cal (assim como outras cobertas de palha) e, por fim, alguns de seus primeiros habitantes.

Dacta o estabelecimento de alguns moradores antes do ano de 1700 porem he mais provavel (que) tivesse principio no anno de 1723 em que arrematado o primeiro contracto das Passagens o Capitão Francisco Rángel, que de necessidade havia ali deveria morár, ou seus Caixeiros e para isso fazendo Cazas, e Armazéns, ali se reunisem mais alguns moradores. [...] Desta data em diante se foram ali estabelecendo mais moradores de maneira que tanto hua (Porto de Cima) como outra (Morretes) povoação cada ves mais hiam em augmento de maneira que, entre os annos de 1777, a 1783 já havia na povoação (SANTOS, 1851, p. 36).

[...] Em 1738, que então qual outra pheniz principiava a renascer havia

hwa loja de fazenda que era de Francisco Pinto – hum Armazem de molhados de Ignacio Antonio que tinha Cazas de pedras e Cal – e mais duas vendas sendo hwa de Francisco, e outra de Antonio Pinto, havia mais as cazas da Administração do Contracto e 4 pequenas moradas acobertadas de palhas sendo uma delas de uma preta forra chamada Maria (SANTOS, 1851, p. 37).

Sabe-se ainda, pelos documentos das Câmaras Municipais transcritos pelo autor acima mencionado, que, em 1780, “os negociantes de Paranaguá invejosos do florescimento que havia e do grande comércio” (SANTOS, 1851, p. 37) queixaram-se à Real Junta da Fazenda. Solicitaram o fechamento das *lojas de fazendas de secos e molhados*, a repreensão e a prisão no que se referia aos negociantes de Morretes, como os de Porto de Cima. Embora essas disposições legais tivessem sido, em um primeiro momento, cumpridas e, posteriormente, revogadas, esse episódio demonstra como essas localidades acabaram consolidando-se na segunda metade do século XVIII como importantes pontos de passagem e entrepostos comerciais, ligando o litoral ao planalto e, em especial, à vila de Curitiba.

Com o crescimento e o desenvolvimento da vila, tornou-se, então, necessária a construção de um templo religioso. Em 1779, uma capela em homenagem a Nossa Senhora da Guia e a São Sebastião começou a ser erguida, sob o comando do tenente-coronel Afonso Botelho de Sampaio e Souza e do capitão Antônio Rodrigues de Carvalho. Com o esgotamento do ouro de aluvião e aproveitando as facilidades de transporte e força motriz oferecidas pelo rio, o lugarejo passou a abrigar, na primeira metade do século XIX, engenhos hidráulicos de beneficiamento de erva-mate. O produto assumira grande importância no mercado internacional, principalmente em razão dos conflitos políticos na região platina.

Em consequência desse segundo impulso econômico e do consequente aumento da população, tornou-se, então, necessário ampliar a antiga capela. Seus zeladores receberam, na década de 1840, autorização para as devidas obras; no entanto, com a transferência dos engenhos ervateiros para o planalto, o fim das agitações na região do Prata e a construção da ferrovia ligando o Interior ao Litoral, Porto de Cima sofreu outra queda na economia,

a qual levou as fazendas de erva-mate à falência. Novamente o declínio econômico afetou a vida dos moradores e fez com que a reforma e a ampliação da capela fossem interrompidas.

Por meio dos Relatórios de Presidentes das Províncias de São Paulo e do Paraná acompanhamos as várias intervenções sofridas pelo referido templo religioso, assim como inferimos algumas questões sobre a vila de Porto de Cima ao longo do século XIX.² Foi consultada toda a série de documentos que se estende de 1830 a 1888. Os relatórios compreendidos entre 1830 e 1852 - período em que o Paraná ainda pertencia à Província de São Paulo - traz informações sobre as práticas religiosas e o culto católico. O péssimo estado das ermidas, a necessidade de reformas e investimentos na religião (por ser esta “necessária ao bom andamento da província”) constituíram os assuntos principais, conforme se pode notar na fala do presidente Manuel Felisardo de Souza e Mello em 7 de janeiro de 1844, por ocasião da abertura da Assembleia Legislativa da Província de São Paulo.

Do exame dos officios das Camaras Municipaes, que vos serão presentes, **conhece-se o estado desgraçado da maior parte das Igrejas Matrizs, das quaes uma esta em completa ruína, outras apenas começadas ou chegadas a certo ponto de construção, passarão por falta de meios, bem poucas finalmente estão completamente acabadas.** Seguramente tem para isso muito concorrido o erro d'emprenderem-se obras superiores às forças das localidades, custa das quaes deverão ser feitas; quando projectão Matrizs, atendem somente à grandeza, e magnificencia do

2 Segundo o *site* do Arquivo Público do Paraná, os “Relatórios de Governo começaram a ser confeccionados com a emancipação da Província do Paraná, em 1853. Elaborados devido a uma exigência contida em um Aviso Circular Imperial, do ano de 1848, todo ocupante do cargo de presidente da Província e depois de governador do Estado, tinha o dever de no início de um novo ano apresentar à Assembleia provincial/estadual um Relatório, uma mensagem ou uma exposição prestando contas da situação da Província/Estado do período anterior. Em suma, tais documentos elaborados até os atuais dias constituem um retrato da situação do Paraná nos mais diversos períodos”. Sobre o assunto, ver: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=44> (Acesso em: 02 de junho de 2013). Para os Relatórios de Presidentes elaborados antes de 1853 – período em que o Paraná pertencia à Província de São Paulo -, os documentos foram consultados no site Center for Research Libraries Global Resources Network. Ver: http://www.crl.edu/brazil/provincial/s%C3%A3o_paulo (Acesso em: 02 de junho de 2013). Daqui em diante, as citações desses documentos serão simplificadas, conforme se pode observar das notas seguintes.

risco, não reflectem sobre o orçamento das despesas, talvez contando faze-las com o auxílio dos Cofres provinciaes, que tem muitas outras necessidades que lhes são peculiares, donde resulta despenderem-se somas consideráveis em attenção aos logares, em que os templos principiariam a ser edificados, arruinar-se o que está feito por não ter sido defendido das injurias do tempo, e ficarem por largo tempo abandonadas [...]. (Relatório do Presidente de Província de São Paulo Manuel Felisardo de Souza e Mello, p. 42, 1844, grifos nossos).

O trecho salienta o “estado desgraçado” em que se encontravam os prédios religiosos. Para Mello, tal realidade se devia ao fato de a população se ater “somente à grandeza, e magnificência do risco” e “não refle[irem] sobre o orçamento das despesas [...]”. Destaca ainda que a população contava muitas vezes somente “com o auxílio dos cofres públicos”, sem considerar que estes tinham “muitas outras necessidades que lhes são peculiares” (Relatório do Presidente de Província de São Paulo Manuel Felisardo de Souza e Mello, p. 42, 1844). É fato que as vilas e as cidades procuravam os engenheiros e fabricantes com vistas a projetos de grande envergadura para suas igrejas. Em Minas Gerais, por exemplo, havia disputas e competições entre cidades vizinhas, principalmente entre Irmandades. Cada uma procurava superar a outra na dimensão e no acabamento das igrejas.³

Fosse em Minas Gerais, fosse em São Paulo ou no Paraná, os fiéis estavam acostumados aos poucos recursos públicos destinados às suas freguesias, o que não arrefecia o ânimo para a construção de templos religiosos. Em 1858, o Presidente da Província de São Paulo, Liberato de Mattos, destacava, na sessão intitulada “Culto Público”, que as matrizes de Guarapuava, Antonina, Castro, Tibagy, Príncipe e Curitiba “vão sendo reparadas **com o auxílio do povo** e pela verba consignada para

3 Sobre as Irmandades, a vida cotidiana e religiosa em Minas Gerais e no Brasil, ver principalmente os estudos de BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder*. Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1986. JANCSÓ, István; KANTOR, Íris. (Orgs.). *Festa. Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa*. (vol. 1). São Paulo: HUCITEC: EDUSP: FAPESP: Imprensa Oficial, 2001. FURTADO, Júnia Ferreira. Desfile: A Procissão Barroca. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: v. 17, n. 23, p. 251-279, 1997.

tão justo fim, que não deixareis de continuar a contemplar na lei do orçamento” (Relatório do Presidente da Província do Paraná Liberato de Mattos, p. 19, 1858; Grifos nossos).

A exceção à regra refere-se às matrizes de cidades e capitais importantes. Em 1886, o Presidente da Província do Paraná, Joaquim d’Almeida Faria Sobrinho, orgulhava-se da “nova Igreja Matriz d’ esta capital (Curitiba)”, pois tivera “a felicidade de chegar a concluir a alvenaria naquela altura sem ter a lamentar desgraça alguma”. Construída em tempo recorde (menos de uma década), a igreja consumiu dos cofres públicos a impressionante cifra de CR\$104:079\$232” (Relatório do Presidente da Província do Paraná Joaquim d’Almeida Faria Sobrinho, 1886, p. 61). Valor monetário que corresponde a mais de dez vezes o orçamento despendido com a Igreja de São Sebastião de Porto de Cima.

Muitas vezes sujeitas às oscilações econômicas, a morosidade e o embargo das melhorias das igrejas localizadas nas pequenas localidades eram uma constante. Como já salientado, a reforma da igreja aqui em evidência, aprovada em 1840, não foi executada a contento e, nas duas décadas subsequentes, os trabalhos não renderam o esperado. Em 1862, “pela informação prestada pelo vigário desta freguesia, pode-se concluir que a respectiva igreja foi feita à expensas dos freguezes. O seo estado é regular e **acha-se em obras a capella-mor, para cuja conclusão torna-se necessário um auxílio dos cofres públicos**” (Relatório do Presidente da Província do Paraná Gomes Nogueira, 1862, p. 53, grifos nossos). Do mesmo modo, em 1866, a documentação provincial chama a atenção para a necessidade de reparos (Relatório do Presidente da Província do Paraná Padua Fleury, p.16, 1866). E, em 1868, o Bacharel José Feliciano Horta de Araújo escreve que “a matriz desta freguesia (de Porto de Cima) para ser melhorada carece de auxílio dos cofres provinciaes, por que, diz a camara, **a Irmandade de S. Sebastião, com quanto tenha bons desejos, é pobre**” (Relatório do Presidente da Província do Paraná Padua Fleury, 1866, p. 16, grifos nossos).

Em 18 de janeiro do ano subsequente, a situação permanece a mesma, a ponto de a Câmara de Morretes alertar as autoridades provinciais competentes sobre o péssimo estado em que se

encontrava o templo (Relatório do Presidente da Província do Paraná Dr. Antônio Augusto da Fonseca, 1869). A situação começa a dar sinais de melhora na década de 1870, quando o Dr. Venancio José de Oliveira Lisboa manda informar “à comissão encarregada destas obras [que] mand[ou] entregar a quantia de 1:000\$000 em data de 5 de dezembro corrente” (Relatório do Presidente da Província do Paraná Dr. Venancio José de Oliveira Lisboa, 1871). No ano seguinte, o mesmo Presidente socorre a comissão composta pelos Srs. Francisco José Pereira e Antonio Ribeiro de Macedo com mais 1:500\$0000 (Relatório do Presidente da Província do Paraná Dr. Venancio José de Oliveira Lisboa, 1871).

As mensagens provinciais constituem material muito complexo no que tange aos detalhes sobre a arquitetura e a decoração dos templos religiosos. Por meio delas, foi possível ter conhecimento sobre as pinturas realizadas nos tetos da matriz localizada na capital (Curitiba), bem como sobre o dinheiro gasto no assoalho e na compra da pia de mogno branco na capela da Vila do Príncipe (PR). Pudemos saber, também, sobre o estágio da construção da Igreja de Porto de Cima, em 1872, bem como a quantia destinada à reforma:

A parte em construção é a capella-mor e sacristia, que se acham cobertas, cercadas de paredes, inclusive o arco, tudo forrado e assoalhado; falta a cimalha interior, retenho, reboco e pintura, bem como o altar. A despesa feita importa em 10:067\$360, e a comissão calcula em mais de 3 contos é necessário para a sua conclusão. A província tem auxiliado as obras com a quantia de 2:200\$000 e o mais tem sido feito pelo concurso particular a pedido dos membros da comissão que tem se desvelado em bem cumprir o compromisso que tomou. No anno passado concorri com 1:200\$000 por conta da província (Relatório do Presidente da Província do Paraná Dr. Venancio José de Oliveira Lisboa, 1872).

Dois anos mais tarde, em 1874, o Presidente da Província, Dr. Frederico José Cardoso de Araújo Abranches, declarou, em seu relatório, a respeito da igreja de Porto de Cima: “concluiu-se a capella-mor, **faltando o corpo da Igreja que deve[ria] ser demolido por não conservar proporção e symetria**” (Relatório

do Presidente da Província do Paraná Frederico José Cardoso de Araujo Abranches, 1874, grifos nossos). O que ele quisera dizer com a observação “por não conservar proporção e symetria”? Certamente a afirmação está relacionada ao fato de a construção manter os dois frontispícios, os quais quebravam a harmonia estética e arquitetônica da edificação e criavam uma situação, no mínimo, inusitada.

Dois anos se passaram e, em 1876, no governo de Adolpho Lamenha Lins, a reforma foi concluída, sendo considerada, estranhamente, uma das mais elegantes e belas da província do Paraná, embora não tivesse um pároco para celebrar os cultos.

Ultimamente foram concluídas as obras da Capella mor, sacristia e mais dependências, fazendo-se uma despesa de mais de três contos de réis, que não foi paga, por não constar a autorização dada por um dos meus antecessores para essa construção. Entretanto **a obra feita é bastante sólida e elegante**, e deve ser paga, para o que é preciso que voteis o necessário crédito. **Apesar de estar vaga a parochia, a igreja de Porto de Cima é uma das mais aceladas da província** (Relatório do Presidente da Província do Paraná Adolpho Lamenha Lins, 1876, p. 37, grifos nossos).

Duas questões se impõem diante dessa situação. Por que a “falta de proporção e symetria” não mais foi observada, se a igreja permanecia com suas duas fachadas intactas? Por que, a partir de então, a obra foi considerada “sólida e elegante”? Lembrando a questão que deu origem a este artigo, podemos retomar a pergunta “Por que a fachada foi invertida no começo do século XIX, contrariando o projeto setecentista?”

Em relação à última indagação, algumas hipóteses podem ser aventadas. A mudança no sentido da fachada parece ter a ver com o crescimento da população na década de 1840. Uma vez que o povoado cresceu em sentido oposto àquele iniciado no século XVIII, é natural supor (pelo menos, isso deve ter sido considerado) que a igreja fosse direcionada para o lado onde estava localizada a maioria dos moradores. Ou será que a mudança estaria relacionada com a vontade de algum morador “ilustre” e influente que queria ver de sua varanda a fachada principal da igreja, como aconteceu em Minas Gerais, na Fazenda

da Palestina?⁴ (Ver Imagens 1 a 5).

Embora não tenhamos uma resposta categórica para as questões acima suscitadas, podem-se, por meio das fontes e da bibliografia consultadas, expor algumas considerações a respeito. Como o “surto” econômico foi passageiro, a reforma da igreja, iniciada na década de 1840, demorou mais de 30 anos para ser concluída. Apesar de a situação econômica ter dado sinais de melhora nas décadas de 1870/80, isso não concorreu para a demolição do corpo antigo.

Em 1881, o Presidente de Província do Paraná, João José Pedrosa, comunicava o seguinte: “a capela-mor está completamente acabada, mas sem [a demolição d] o corpo da igreja, se bem que ache-se aseado, carece de reconstrução” (Relatório do Presidente da Província do Paraná João José Pedrosa, 1881, p. 58).

Daí em diante nada mais, nas fontes escritas analisadas, foi encontrado acerca da igreja e de suas duas fachadas como algo assimétrico ou desproporcional. Ao contrário, as mensagens começam a ressaltar que a “matriz de Porto de Cima acha[va-se] em bom estado”, como atesta a fala do Presidente de Província do Paraná, Sancho de Barros Pimentel (Relatório do Presidente da Província do Paraná Sancho de Barros Pimentel, 1882, p. 114).

As mensagens dos relatórios provinciais que mencionavam a “regularidade e solidez”, a “elegância e beleza” da igreja, mesmo quando esta estava em construção, devem ter colaborado para que intervenções mais drásticas não fossem executadas, mantendo o corpo e as duas “cabeças” incólumes. Outra possibilidade pode estar relacionada à demora em eliminar a fachada antiga em decorrência das várias crises econômicas e da conseqüente falta de verba. Dessa forma, os atributos particulares da Igreja de Porto de Cima acabaram tornando-se naturais aos olhos dos habitantes da vila. Uma relação dupla, de identificação e de deferência, pode

4 A Igreja do Senhor do Bonfim, situada no município de Bonfim (MG), foi construída de forma tangencial à rua principal, para que o Sr. Manoel Sobreira, proprietário de muitas terras e homens, pudesse ver e ouvir da varanda da sua fazenda, denominada Palestina, a fachada e o sino do templo religioso que ajudou a construir. Ver MARTINEZ, Cláudia Eliane Parreiras Marques. *Riqueza e escravidão: vida material e população no século XIX: Bonfim do Paraopeba/MG*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2007, p.14.

também ter contribuído para isso. Não ao acaso, a Igreja de São Sebastião de Porto de Cima é considerada, na atualidade, um dos pontos turísticos da região, exatamente pelas duas fachadas que ainda conserva.

Outra questão a ser ressaltada é que a relativa estabilidade econômica e o aumento populacional só ocorreram no final do século XIX, principalmente com a instalação dos núcleos coloniais e a chegada dos imigrantes. A construção dos dois cemitérios, paradoxalmente, confirma o que acabamos de dizer. Em 1881, segundo o Presidente João José Pedrosa:

Os dois cemitérios que há na Villa (de Porto de Cima), um municipal e outro da Irmandade de São Sebastião, são solidamente construídos; mas, pelo acanhado espaço, **não bastão para os enterramentos que aumentado consideravelmente em razão do desenvolvimento da população após o estabelecimento dos núcleos coloniais no município** (Relatório do Presidente da Província do Paraná João José Pedrosa, 1881. (Grifos nossos).

De todas as considerações pontuadas até o momento, pode-se concluir que os dois frontispícios deixam transparecer as duas etapas da história e da ocupação espacial da localidade entre os séculos XVIII e XIX. A fachada original corresponde ao período econômico mais próspero, ligado à mineração aurífera, daí sua constituição arquitetônica mais complexa:

[...] o partido tradicional, de frontão triangular é ornamentado por um par de volutas, de desenho típico do século XVIII, sobrepostas ao seu ápice. Pináculos balizam os três pontos do atíço e um cordão denticulado borda os lados. O retângulo dessa fachada é emoldurado por cunhais de seção semicircular. A porta de entrada foi entaipada, havendo hoje um único vão nessa fachada – uma janela retangular. Lateralmente, foi construída a sacristia, com o comprimento da antiga capela. Seus vãos de janelas, em arco pleno, datam da segunda metade do século XIX.⁵

⁵ *Espirais do Tempo. Bens Tombados do Paraná*. Governo do Estado do Paraná/Secretaria de Estado da Cultura (Textos de Rosina Coeli Parchen e José La Pastina Filho), 2006.

A fachada atual, projetada no século XIX, é comparativamente mais simples que a setecentista. Segundo a análise técnica contida em *Espiraís do Tempo*:

[...] compõe-se de um retângulo, vazado por uma porta de verga reta e um par de janelas de arco pleno, coroado por um frontão triangular. Os únicos adornos são os pináculos laterais, de desenho e feitura rudimentares. Ladeia o frontispício uma pequena torre de vãos em plena volta e zimbório piramidal, que pela desarmonia que apresenta em relação à nova fachada deve ter sido erguida em época mais recente.⁶

O trabalho de campo efetuado nas cidades de Morretes e Porto de Cima permitiu verificar, analisar e confrontar *in loco* as informações obtidas nas fontes escritas e na descrição técnica contida dos manuais. No entanto, é preciso destacar que as imagens por si só constituem uma fonte visual de maior relevância para o historiador da arte e da arquitetura religiosa. Por isso, as fotografias (ver Imagens 1 a 6) selecionadas aqui não são meras ilustrações; mais que as fontes escritas, elas revelam detalhes e nuances dessa igreja centenária e repleta de histórias que envolvem sua construção e ampliação.⁷

6 Idem.

7 Para uma análise do tratamento teórico e metodológico dado às fontes visuais, ver: MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, n. 45, p. 11-36, 2003. Para uma versão mais atual que discute a questão das imagens na História; ver, também: MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. História e Imagem: iconografia/iconologia e além. In: VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro Flamarion. *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

Imagem 1: Fachada Principal da Igreja de São Sebastião de Porto de Cima/Paraná, construída no século XIX



Fonte: Acervo da autora, 2011.

Imagem 2: Fachada Secundária da Igreja de São Sebastião de Porto de Cima/Paraná, construída no século XVIII



Fonte: Acervo da autora, 2012.

Imagem 3: Lateral da Igreja de São Sebastião de Porto de Cima/Paraná



Fonte: Acervo da autora, 2011.

Imagem 4: Sacristia da Igreja de São Sebastião de Porto de Cima/Paraná



Fonte: Acervo da autora, 2011.

Imagem 5: Igreja de S. Sebastião de Porto de Cima com a fachada do século XIX e o corpo da igreja do XVIII, que não foi demolido



Fonte: Acervo da autora, 2011.

Imagem 6: Altar-Mor, Igreja de São Sebastião de Porto de Cima/Paraná



Fonte: Acervo da autora, 2011.

Em relação ao interior da igreja, observa-se que é bem modesto, como se pode notar na Imagem 6. Segundo a análise técnica contida em *Espiraís do Tempo*, “internamente não há elementos artísticos valiosos, tendo sido o edifício vítima de muitas reformas desfigurantes, cujas consequências foram, em parte, atenuadas por trabalhos de restauração realizados após seu tombamento”.⁸ Se a restauração realizada após o tombamento estadual, em 1963,⁹ tentou abrandar a situação agravada pelos quase três séculos de alteração e transferência de seu frontispício, o mesmo não se pode dizer da última intervenção, realizada em 2012, e que pudemos constatar quando da realização do trabalho de campo.

A contratação de empresas para a execução do projeto sem a devida fiscalização e/ou supervisão de técnicos especializados acabou novamente provocando danos ao edifício. Materiais originais, como os azulejos do século XIX (muitos deles ainda em bom estado de conservação), foram substituídos por réplicas elaboradas sem o menor critério técnico (Ver Imagens 7 e 8). A pintura, a reforma das paredes internas e o retábulo de madeira também não receberam os cuidados necessários a um bem tombado pelo estado do Paraná.

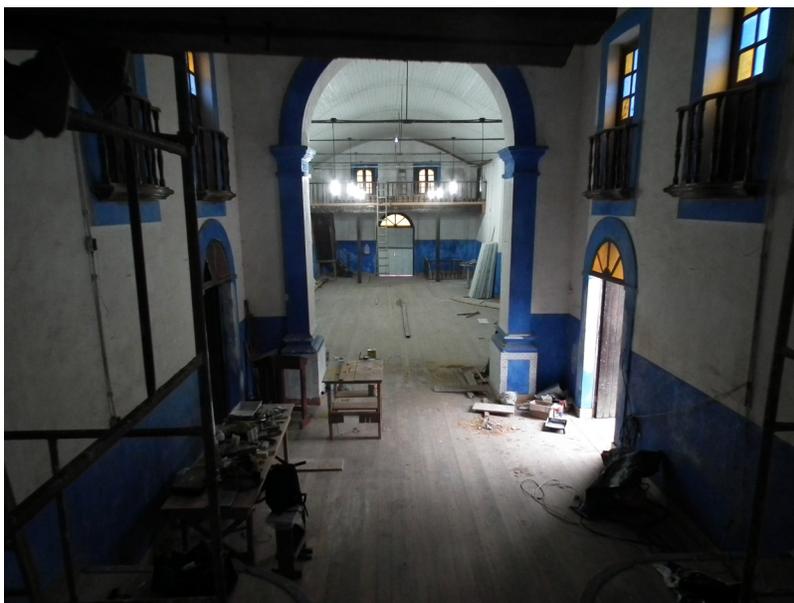
Se as modificações artísticas e arquitetônicas apagadas e/ou destruídas pelo tempo e pelos habitantes da vila de Porto de Cima não contribuíram para a permanência das características originais, esses mesmos moradores forneceram e adicionaram elementos importantes para a reflexão e a análise da sociedade e da arte que ali existiu e permanece ainda nos dias atuais. Para Nestor Canclini, essas “ameaças” externas constituem “contextos”. O autor nos alerta que é a partir desse aspecto que devemos entender as questões do patrimônio histórico e da

8 *Espiraís do tempo*. Op.Cit., 2006

9 Ver Livros de Tombamentos da Igreja de São Sebastião de Porto de Cima - Morretes, localização: 03 – II Pasta 1. Gostaria de deixar meus agradecimentos aos funcionários da Secretaria pela disponibilidade e pela gentileza com que me receberam durante as várias pesquisas realizadas nessa instituição, em especial aos historiadores Aimoré Arantes e Marcelo Polinari, que fizeram de tudo para agilizar a pesquisa e tornaram os dias gelados de junho mais agradáveis e calorosos.

identidade, seja em nível nacional, seja em âmbito regional.¹⁰ Por isso, as reformas, restaurações, ampliações e demolições dizem muito sobre a história dos artefatos, patrimonializados ou não.

Imagem 7: Interior da igreja de S. Sebastião de Porto de Cima



Fonte: Acervo da autora, 2012.

Se as intervenções humanas revelam a relação da sociedade com seus bens materiais, ao mesmo tempo desnudam a política patrimonial adotada e/ou priorizada pelos órgãos públicos. No caso do Brasil, elas demonstram, assim como as mensagens dos Presidentes das Províncias no século XIX, o descaso e o abandono por parte dos governantes, não só no que diz respeito às igrejas, mas ao patrimônio cultural em geral.

¹⁰ CANCLINI, Nestor. O patrimônio cultural e a construção imaginária do Nacional. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1994.

Por fim, cabe destacar que, por meio dessa história - no mínimo, singular -, foi possível inventariar e conhecer em detalhes aspectos dessa igreja curiosamente dotada de duas “cabeças”. A inconclusa reforma e a dupla fachada acabaram revelando meandros e sinuosidades de uma relação tríade que se estabeleceu entre a população, o poder público e um templo religioso, ao longo de três séculos.

Imagem 8: Caixa com azulejos descartados na restauração



Fonte: Acervo da autora, 2012.

Fontes e documentos consultados:

<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=44>. Acesso em: 02 de junho de 2015.

Secretaria de Cultura do Estado do Paraná:

Dossiês de Tombamentos da Igreja de São Sebastião de Porto de Cima - Morretes, localização: 03 – II Pasta 1.

Relatórios de Presidentes de Província:

Relatório do Presidente de Província de São Paulo Manuel Felisardo de Souza e Mello, ano de 1844.

Relatório do Presidente da Província do Paraná Liberato de Mattos, ano de, 1858.

Relatório do Presidente da Província do Paraná Joaquim d'Almeida Faria Sobrinho, ano de 1886.

Relatório do Presidente da Província do Paraná Gomes Nogueira, ano de 1862.

Relatório do Presidente da Província do Paraná Padua Fleury, ano de 1866.

Relatório do Presidente da Província do Paraná Bacharel José Feliciano Horta de Araújo, ano de 1868.

Relatório do Presidente da Província do Paraná Dr. Antônio Augusto da Fonseca, ano de 1869.

Relatório do Presidente da Província do Paraná Dr. Venancio José de Oliveira Lisboa, ano de 1871.

Relatório do Presidente da Província do Paraná Dr. Venancio José de Oliveira Lisboa, ano de 1872.

Relatório do Presidente da Província do Paraná Frederico José Cardoso de Araujo Abranches, ano de 1874.

Relatório do Presidente da Província do Paraná Adolpho Lamenna Lins, ano de 1876.

Relatório do Presidente da Província do Paraná João José Pedrosa, ano de 1881.

Relatório do Presidente da Província do Paraná Sancho de Barros Pimentel, ano de 1882.

Relatório do Presidente da Província do Paraná João José Pedrosa, ano de 1881.

Bibliografia:

BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder*. Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1986.

CANCLINI, Nestor. O patrimônio cultural e a construção imaginária do Nacional. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1994.

Espirais do Tempo. Bens Tombados do Paraná. Governo do Estado do Paraná/Secretaria de Estado da Cultura. (Textos de Rosina Coeli Parchen e José La Pastina Filho), 2006.

FURTADO, Júnia Ferreira. Desfile: A Procissão Barroca. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: v. 17, n. 23, p. 251-279, 1997.

JANCSÓ, István; KANTOR, Íris. (Orgs.). *Festa. Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa*. (vol. 1). São Paulo: HUCITEC: EDUSP: FAPESP: Imprensa Oficial, 2001.

MARTINEZ, Cláudia Eliane Parreiras Marques. *Riqueza e escravidão: vida material e população no século XIX: Bonfim do Paraopeba/MG*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2007, p.14.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, n. 45, p. 11-36, 2003.

_____. Toledo Bezerra de. História e Imagem: iconografia/iconologia e além. In: VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro Flamarion. *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem a Curitiba e Santa Catarina*. Belo Horizonte: São Paulo: Itatiaia, EDUSP, 1978, p. 93.

SANTOS, Antônio Vieira dos. *Memória Histórica. Vila de Morretes e do Porto Real, vulgarmente Porto de Cima*. Paraná: Câmara Municipal de Morretes, 1851.